

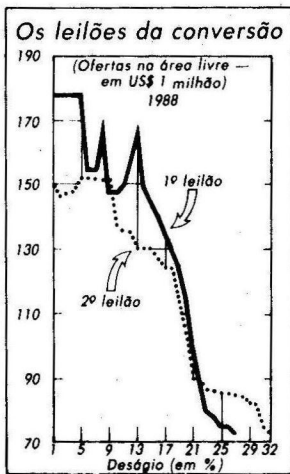
# Banco Central pode reavaliar os tetos mensais da capitalização

por Maria Christina Carvalho  
de São Paulo

Pela primeira vez, na sexta-feira, o Banco Central (BC) admitiu reavaliar os recursos que serão liberados mensalmente para a conversão da dívida externa em investimento. Um dia após o segundo leilão de conversão, o diretor da Área Externa do BC, Arnim Lore, revelou que as conversões feitas através do leilão em bolsa da dívida vencida estão "tendo um impacto monetário diferente do imaginado", falando no seminário "Conversão de Dívidas em Investimentos — Uma oportunidade de capitalização", organizado pela Gazeta Mercantil, no Maksoud Plaza Hotel.

Lore explicou que os recursos já liberados ou bloqueados no primeiro leilão, realizado há um mês no Rio, somam US\$ 34 milhões. "Mas o saque dos dólares não está sendo imediato. Os investidores estão aproveitando a prerrogativa de deixar esses recursos depositados no BC, como permite a legislação, mas sem remuneração."

O diretor do BC acrescentou que, após um exame do prazo de utilização dos recursos, será possível reavaliar o montante que está



sendo oferecido mensalmente à conversão, admitindo que pode haver espaço para uma maior oferta de recursos.

Por enquanto, porém, o teto para os leilões mensais continua nos US\$ 150 milhões. Mesmo porque, a partir de maio, serão liberados mais US\$ 200 milhões por mês para a conversão da dívida, depositados voluntariamente no BC sob a Resolução nº 432 e Circular nº 230. Os dois valores somados é o que comporta a política de controle da base monetária. Estão depositados pela 432, no BC US\$ 2,8

bilhões, e pela 230, US\$ 587 milhões.

Falando a uma plateia de 350 pessoas, Lore manifestou a esperança de que o programa de conversão poderá reativar os investimentos no Brasil, lembrando que a taxa de investimento brasileira em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) passou de 26% em 1975 para 20% em 1986. "O programa de conversão da dívida externa brasileira em investimento, portanto, pretende contribuir para reverter este quadro, a partir da disponibilidade de recursos e da elevação da rentabilidade esperada do investimento (função do deságio existente na compra do crédito), além dos desdobramentos sobre os mecanismos de financiamento de médio e longo prazo para o mercado de capitais."

O diretor do BC ressaltou que as novas normas de conversão, consubstanciadas na Resolução nº 1.460, de fevereiro deste ano, "sinalizam uma vontade de um esforço no sentido da reinserção do Brasil no seu espaço, no espaço da comunidade internacional que lhe é devido e que circunstâncias diversas dificultaram durante certo tempo".

O programa de conversão, porém, poderá ser agora afetado pelas decisões restritivas ao capital externo tomadas pela Assembleia Nacional Constituinte. Para Peter Boot, da Guilder Corretora de Câmbio e Títulos S.A., o menor volume de ofertas feito no segundo leilão de conversão da dívida externa, realizado na quinta-feira, na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), já é resultado das novas decisões dos constituintes. Especificamente a Guilder, revelou teve dois investidores estrangeiros que alegaram essa questão para não entrarem no leilão de conversão paulista e um terceiro reduziu sua proposta.

Everett J. Santos, gerente da divisão da América Latina e Caribe II — do International Finance Corporation (IFC), filiada do Banco Mundial, que apresentou no seminário a intenção do organismo de colaborar no processo de conversão, concordou com a Guilder. "Qualquer coisa que indique um nacionalismo excessivo impede e dificulta o progresso de captação de dinheiro no exterior", disse.

(Ver matéria nas  
páginas 6, 7 e 8)